



A natureza da mídia¹

Gilson Soares Raslan Filho²
Janaina Visibeli Barros³

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Divinópolis, MG.

Resumo

Nos últimos anos a questão ambiental passou a ter ampla cobertura nos diversos produtos midiáticos, diante do problema causado pela crença no paradigma do desenvolvimento ilimitado com recursos inesgotáveis, que ameaça a garantia da boa qualidade de vida das futuras gerações. Todavia, apesar de todo o agendamento e empenho das grandes corporações midiáticas em popularizar o tema, nem tudo que diz respeito a um problema ambiental é tratado como tal. E, na busca da audiência, a agenda ambiental passa a ser um grande espetáculo. Nesse sentido, interessa-nos discutir qual é a natureza construída pelos discursos midiáticos, em especial televisivos, e em que medida esse discurso fortalece o movimento ambiental ou o esvazia.

Palavras-chave

Comunicação; Mídia; Meio Ambiente; Discurso Midiático; Espetacularização

1. Introdução

Um rápido olhar e é possível observar a *natureza* da mídia. O Brasil enfim *descobre* Roraima em 2008. O conflito entre indígenas da etnia taurepangue e agricultores de arroz se estabeleceu desde 2004, quando organizações em defesa dos índios reivindicavam a homologação de uma área de aproximadamente 1,7 milhões de hectares, demarcada desde 1998. Na TV, entre 2004 e 2005, apenas notas cobertas e notas-pé anunciavam a existência de indígenas – e de Roraima. Em jornais de circulação nacional, notícias esparsas e poucos fóruns de debates acerca do tema. Em 2005, quando o presidente da República enfim homologou a área, tanto na TV quanto nos jornais, notas se transformaram em notícias esparsas – geralmente, ainda que de forma tímida, *equilibrada* entre a necessidade de preservação da fronteira e o direito indígena. As eleições presidenciais se aproximavam em 2006. Aquele ano marcou uma intensificação, ainda bastante esparsa, na cobertura jornalística. Os personagens: arroteiros acusavam Luís Inácio Lula da Silva de traidor e contrário aos produtores

¹ Texto apresentado ao NP Teorias da Comunicação, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da USP/FAPEMIG, mestre em Literatura brasileira pela UFMG e professor do curso de Comunicação Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: graslan@usp.br.

³ Mestranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da USP, especialista em Imagens e Culturas midiáticas pela UFMG, especialista em Meio Ambiente pela Universidade do Estado de Minas Gerais onde também é professora no curso de Comunicação Social, e-mail: jvisibeli@usp.br



rurais. O ano seguinte, 2007, decididas as eleições presidenciais, o assunto retomou seu curso de outrora.

Entre abril e maio de 2008, enfim, a crise ganhou existência pública – ou, antes, existiu na agenda nacional. Dia a dia, jornais diários, portais da internet, revistas, rádios e TV's apontam suas lentes para Roraima. De forma não conclusiva, dada a complexidade do assunto, arroteiros, indígenas, ONG's estrangeiras, exército são ouvidos. Os seqüestros, assassinatos de índios, atentados a bomba ocorridos nos anos anteriores são apagados – mas o que mais importava era que o Brasil enfim descobria Roraima.

Eis os primeiros indícios da natureza da mídia: por algum mecanismo miraculoso, o problema que se arrastava ao menos desde 1998 só passou a existir de fato dez anos depois. Pode-se argumentar: sobretudo os jornais já acompanhavam o assunto desde o seu nascimento. Os fatos só não ganharam a repercussão à altura da agudeza da crise porque não houve, então, como haveria dez anos depois, fatos correlatos tão ou mais importantes: o avanço do desmatamento da Amazônia; a crise inflacionária mundial, liderada pelo aumento dos preços dos alimentos, que colocava a Amazonia Legal sob o risco de se tornar uma fronteira agrícola; e principalmente a crise do petróleo e a ofensiva brasileira pelo o etanol de cana-de-açúcar, que também trazia consigo o perigo da devastação da floresta. Porém, contrargumenta-se, por que razão apenas em 2008 os mesmos jornais deslocaram equipes de reportagem inteiras para matérias especiais? Os números do governo brasileiro indicavam retração do processo da derrubada da Amazônia; o mesmo governo garantia que a cana-de-açúcar não seria responsável por sua devastação, tampouco a frente agrícola de alimentos, ao mesmo tempo em que divulgava o Plano Amazônia Sustentável. Obviamente, não é possível deixar de se considerar o jogo retórico do próprio governo brasileiro diante das pressões internacionais; e que apenas essas pressões são suficientes para justificar a intensificação da cobertura jornalística a que assistimos em 2008. Todavia, a despeito do agendamento paulatino sobre a questão ambiental no imaginário global e das crises, igualmente globais, que justificam a atenção especial à questão da demarcação de terras indígenas *versus* agricultores, não é difícil perceber uma incongruência da agenda e do tratamento do fato em questão. E talvez isso explique o *equilíbrio* da cobertura: o conflito se dá entre o romantismo da preservação de índios e floresta e a superação da crise econômica global; entre a soberania nacional e a internacionalização da Amazônia. O *equilíbrio* talvez se explique pelo mesmo fenômeno da própria *descoberta tardia*:



natureza e meio ambiente aqui são valores universais, mas não se conjugam necessariamente com humano e social. Índios devem ser preservados como natureza, porque eles representam, numa compreensível manutenção do *sagração da natureza*, como nos dissera Marilena Chauí (2000), a utopia conservadora do salvacionismo *passado*. Por outro lado, e pelo mesmo motivo, o olhar intenso e tardio só se realizou em função de uma crise econômica global. O que está em jogo portanto é, novamente, a dicotomia natureza e cultura – porém, e por óbvio, o olhar se dá sob o prisma de uma cultura: a globalização econômica. E, nesse caso, meio ambiente e natureza são mercadoria tornada imagem ou, como quer Guy Debord (1997), espetáculo.

De qualquer forma, o que nos interessa especialmente aqui é o que desnuda a *natureza* da mídia é que a *descoberta* de Roraima só se deu de forma intensa em abril de 2008. Uma varredura nos arquivos dos principais jornais de circulação nacional brasileiros indicam que tal intensificação se aprofundou com a entrada da TV Globo na cobertura. A partir de 02 de abril, tanto o Jornal Nacional como os jornais impressos trataram do assunto diariamente – e antes, é preciso frisar, as matérias eram bastante esparsas. Esse mistério do agendamento do olhar se relaciona duplamente com a reflexão aqui empreendida. Por um lado, é inegável que a TV, em geral, e a rede Globo de TV, em específico, são uma tecnologia de circulação de material simbólico capazes de tornar real o que até então era obtuso para os discursos sociais. Por outro lado, essa hegemonia do olhar aponta para projetos de totalidade muito bem definidos, que coincidem com o discurso global sobre o meio ambiente e seu tratamento, e com o próprio agendamento, de que o caso Raposa Serra do Sol é apenas um exemplo. O que importa, para a cobertura midiática, é a universalidade da mercadoria transformada em imagem. Com efeito, como já dizia Raymond Williams (2003) sobre a TV, trata-se de uma tecnologia produzida com uma centralidade quase militar, que permite que se olhe para a realidade de tal ou qual forma:

“(...) the complex process of its [da televisão] invention had specific military, administrative and commercial intentions, and each of these interacted with were, for real if limited period and in real if limited ways, scientific intentions. At the stage of transition, from invention to technology, the process of its development came to be dominated by commercial intentions, though still with some real political and military interests” (WILLIAMS, 2003, 133).

É importante aqui uma ressalva: Raymond Williams já chamava a atenção, no início dos anos 70, para o que, nos anos seguintes, viria a se confirmar: a) a supremacia da forma tecnológica televisão como forma cultural hegemônica; e b) a interseção entre tal forma cultural e o controle social – nesse caso, pelo olhar. Eis um segundo indício na



natureza da mídia: capitaneadas pela forma TV, as demais tecnologias midiáticas passam a existir – e olhar para a realidade – segundo sua, da TV, agenda. Isso talvez explique melhor a *descoberta* de Roraima em 2008.

Um terceiro aspecto de reflexão a partir do trecho de Raymond Williams diz respeito à confluência entre controle social pelo olhar realizado por operações políticas, comerciais e militares. Isso talvez explique o fato de a cobertura de *descoberta* de Roraima ter sido realizada não como uma “questão ambiental”, mas como crise, polêmica, desenvolvimento, economia ou questão de segurança nacional.⁴ O que está em jogo, nesse caso, é justamente essa confluência entre o conceito de natureza e sua articulação com a questão do meio ambiente, desde que não haja incongruência com o que hoje se chama de “capitalismo verde”.

Por outro lado, em mais um rápido olhar sobre o agendamento midiático sobre meio ambiente, é possível verificar fenômeno semelhante ao da *descoberta* de Roraima. Não há dúvida, como será trabalhado posteriormente por este texto, o perigo da degradação ambiental colocou em alerta os produtores de material simbólico das corporações midiáticas. Todavia, há um evidente descompasso em tal agendamento: “meio ambiente” significa, quase sempre, “atitudes individuais sustentáveis” ou, por outro lado, ameaça aos “recursos naturais”. Em outras palavras, a questão ambiental não passa por desequilíbrios sociais. Ou, o que é ainda mais evidente, há um descolamento entre “a natureza”, associada ao “meio ambiente”, e “humano” ou “social”. Isso pode ser observado por exemplo quando se comparam as coberturas realizadas comumente sobre a “devastação das florestas” e o mesmo caso Raposa Serra do Sol. Apesar da complexidade, não compreendida por qualquer cobertura em 2008, da questão da demarcação de terras indígenas e a soberania nacional, não há, como ocorre em outros agendamentos, uma articulação entre o avanço da fronteira econômica, a devastação do meio ambiente natural e os impactos sociais. O mesmo pode ser dito das coberturas sobre o MST, cujas ações, mesmo quando se trata de defesa de meio ambiente natural, são obliteradas em nome da sua “violência”, “radicalismo”, “violação do direito à propriedade” – todas *vistas* sob o prisma do extemporâneo: a revolução socialista.

Um exemplo, com que este texto irá trabalhar especialmente, disse respeito ao tratamento dado ao caso da usina hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Durante a audiência para discussão sobre os impactos da construção da usina, ocorrida

⁴ Apenas *O Estado de S.Paulo*, em um especial sobre o assunto, o tratou de “Questões sociais”, sem no entanto articular a cobertura com o tema meio ambiente ou natureza. Cf. *O Estado de S.Paulo*, 20/05/2008.



em Altamira, todos os olhos do País enxergaram o “corte profundo” no braço de um engenheiro da Eletrobrás causado pelo facão de um dos mais de 500 índios, cujas comunidades seriam diretamente afetadas pelo alagamento provocado pela construção símbolo da sustentabilidade – dessa vez, energética, para o progresso brasileiro. Aqui, uma vez mais, como se verá, há uma dissociação entre progresso e meio ambiente, natureza e cultura.

Este texto irá trabalhar apenas com a cobertura da TV, ademais realizada pelo telejornal da Rede Globo de TV: o Jornal Nacional. Justifica-se: o telejornal que foi o universo de análise – cujo *corpus* será delimitado à cobertura sobre o “caso Xingu” – representa, senão o mais “editorializado” dos telejornais da casa, o mais popular e certamente o que mais representa a “naturalização” dos discursos pela emissora contruídos – e nessa medida, a *natureza espetacular* da mídia se esclarece. Por outro lado, como foi dito, a tecnologia TV representa, já há muito, o olhar hegemônico que constrói a realidade. Se se considera que, como pode-se observar com o agendamento sobre o caso Raposa Serra do Sol e o caso Xingu, as outras tecnologias midiáticas são despertadas pela agenda televisiva, é possível admitir que o sistema midiático global efetivamente forma, como quiseram Adorno e Horkheimer (1985), uma totalidade desde cima, com intenções políticas, mercantis e militares muito bem definidas. Nesse caso, será necessário retornarmos ao nascedouro do agendamento da lógica ambiental, a quando houve tal agendamento no sistema midiático hegemônico global, para que possamos compreender o que disse Raymond Williams sobre a relação entre forma cultural, forma de poder e forma tecnológica representada pela TV. Assim, veremos, a *natureza* da mídia é perfeitamente coincidente com o discurso midiático sobre a natureza.

2. A natureza-relógio: transformações do discurso sobre meio ambiente e natureza

O problema ambiental emerge hoje como conseqüência do projeto humano de dominação da natureza. Projeto que, segundo Adorno e Horkheimer (1985: 19-52), é objetivado desde o mito de Ulisses, não sendo, como é difundido, um projeto da racionalidade moderna, mas que está presente na humanidade desde que o homem toma consciência de si na natureza e passa, pela comunicação e por sua atividade sobre a natureza (Cf. Schaff, 1974; Marx, 2001), a diferenciar-se nela. Os mitos já eram uma tentativa de esclarecimento por parte do homem, uma tentativa de organização e entendimento de uma natureza desconhecida e obscura. Porém a mitologia não supera essa obscuridade, ao contrário, nela o homem é submetido às vontades dos deuses e



precisa libertar-se deles, o que seria possível por meio da ciência – crê-se no desvelamento de uma verdade que não se refere aos deuses, a mitos ou às magias sobrenaturais, mas uma verdade escondida na natureza que precisa ser descoberta a fim de libertar o homem. Na busca por métodos científicos de leitura dos fenômenos naturais, há a fragmentação da natureza (criação de disciplinas), o distanciamento entre sujeito e objeto, natureza e sociedade, homem e natureza – além da tese de que o universo funciona como um relógio, e nesse sentido o homem seria uma máquina – visão cartesiana mecanicista que se consolida a partir do que se convencionou chamar de marco inicial da racionalidade moderna, desde Newton e Descartes (cf. Matos, 1993).

A crença em uma natureza passiva e reversível, juntamente com a idéia de desenvolvimento ilimitado, move as descobertas científicas. O que inicialmente iria libertar o homem e melhorar sua relação com a natureza, que antes era de submissão, é apropriado a partir do século XIX pelo desenvolvimento industrial. As cidades começam a se desenvolver, a tecnologia e a ciência são apropriadas pelo mercado e impulsionam um desenvolvimento desenfreado. Populações rurais transferem-se para as cidades, as famílias aumentam, a taxa de mortalidade diminui, a distribuição de alimentos cresce - é a época da prosperidade.

A idéia de progresso industrial, de desenvolvimento ilimitado com o uso dos recursos naturais inesgotáveis, provocou no último século uma devastação ambiental maior do que a soma dos séculos anteriores. Antes, pela baixa densidade demográfica e a divisão das comunidades em várias regiões, o ambiente absorvia o impacto humano com certa tranquilidade, mas com as novidades do capitalismo, o aumento do lixo, dos aglomerados humanos, da devastação ambiental, da poluição atmosférica, da pobreza, da violência, o impacto no ambiente causado pelo homem toma dimensões em que o ambiente já não pode mais absorver.

Surgem problemas de aumento de temperatura, alteração da qualidade do ar, esgotamento da água potável, produção de lixo em que o ambiente alterado parece dar respostas as agressões recebidas, e a ciência percebe então que o recurso é esgotável e o desenvolvimento, limitado. Com isso movimentos começam a emergir mundialmente e a superação do paradigma da modernidade passa a ser discutido. Em 1968, com o encontro de cientistas dos países do capitalismo central, que ficou conhecido como *O Clube de Roma*, a discussão sobre a questão do consumo, do desenvolvimento, do crescimento populacional e dos recursos naturais não renováveis é posta em pauta. Foi a



primeira vez que a questão ambiental foi pensada em proporções mundiais. As conclusões apontaram para a necessidade de se buscar meios de conservar os recursos naturais, controlar o crescimento populacional e investir em uma mudança radical da mentalidade de consumo e procriação (Cf. Leis, 1999). Mas era uma discussão isolada.

Em 1972, já em conseqüência do *Clube de Roma*, a ONU organiza o *Congresso de Estocolmo*, a necessidade da inserção da sociedade na solução do problema ambiental. A partir deste marco propõem-se a inclusão da Educação Ambiental na grade curricular do ensino fundamental, com objetivos de estabelecer fundamentos filosóficos e pedagógicos, que foi difundida pela Unesco por meio de diversos seminários em todo ocidente.

Nos anos 80, surge o Partido Verde, e ONG's nacionais e internacionais se instalam no Brasil. Acidentes ambientais que repercutiram na mídia pela ameaça da vida humana, como as chuvas ácidas da cidade de Cubatão, no estado de São Paulo, decorrente do avanço industrial da região, que lançava no ar diariamente mil toneladas de poluentes (Firmino, 2004), tornam-se pautas cotidianas dos jornais e iniciam a difusão da idéia de que havia uma ameaça ambiental. Mas o grande marco histórico do movimento – e de maior difusão e popularização da questão ambiental no mundo – acontece em 1992 no Rio de Janeiro. Também organizado pela ONU, a Conferência Rio 92 foi o evento que reuniu o maior número de líderes mundiais de Estado, religiosos (com o perdão do trocadilho, num encontro “ecomênico”), ONG's e representantes de movimentos civis em torno da discussão dos problemas ambientais globais e do desenvolvimento sustentável. Teve como resultado a produção da *Agenda 21*, que propõe ações relacionadas às questões sociais, que passaram a ser vinculadas ao problema ambiental, além do entendimento de que ações locais geram problemas e soluções globais (cf. Leis, 1999).

O momento histórico da Rio 92 – a queda do Muro de Berlim e o fim da divisão mundial em dois blocos – criou um clima favorável ao encontro em relação a Estocolmo, uma vez que não haveria impasses políticos decorrentes da disputa do bloco “socialista” com o capitalista. Assim, acreditava-se que o momento era oportuno para o firmamento da aliança mundial em torno da questão ambiental e de sua execução - projetada como o novo objetivo revolucionário da humanidade.

Apesar da breve descrição dos marcos históricos, a popularização da agenda ambiental não acontece de forma linear e com base em um fato particular. Ela se dá por meio de uma complexa rede comunicativa cotidiana, que envolve diferentes atores



sociais, para além das ações das ONG's e dos movimentos ambientais. Escolas desenvolvem projetos de educação ambiental com alunos que disseminam novos hábitos junto à família e às comunidades do entorno da escola. Empresas privadas criam ações comunicativas, internas e externas, para promoção da responsabilidade ambiental – tanto para a construção de marcas fortes quanto para o ajustamento de conduta, devido ao impacto ambiental negativo do processo de produção.⁵ A mídia adere à campanha ambiental e, cada vez mais, divulga, denuncia e acompanha os impactos ambientais crescentes e as mudanças na legislação e políticas públicas. O medo do desastre ambiental passa a ser argumento de documentários e filmes no cinema com a pretensão de alertar a população para o problema da relação de desequilíbrio do *homem com a natureza*.

O papel das corporações midiáticas para a promoção da educação ambiental, por meio dos discursos que circulam em seus diversos produtos, principalmente televisivos, é de grande relevância devido ao seu alcance. Todavia, quando se observa atentamente, é possível perceber que o impasse da relação do homem com a natureza, discutida nas mídias é, espetacularizada e o debate ambiental é utilizado como *slogan* para a manutenção do *status quo*. Em alguns casos, questões ambientais que envolvem grupos minoritários (cf. Paiva, 2005), impacto ambiental negativo, como alagamentos para a construção de usinas hidrelétricas, são tratadas como impasses econômicos e desqualificados pelas grandes corporações midiáticas. Um exemplo é o que acontece no Xingu, quanto à construção da usina hidrelétrica que terá impactos diretos sobre uma grande área de preservação permanente e sobre catorze etnias indígenas, localizadas a aproximadamente 100 quilômetros da área da usina (cf. Campbell, 2005).

3. O discurso natural da mídia

Para observar a natureza narrada pela mídia, selecionamos um *corpus* de cinco programas do Jornal Nacional que relataram o incidente ocorrido no dia 20 de maio de 2008. As matérias reportavam a “crise” gerada a partir do ferimento causado por um golpe de facão de índios a um engenheiro da Eletrobrás. O fato se deu durante o

⁵ Pode-se questionar a “boa intenção” das organizações quanto à responsabilidade ambiental. O “capitalismo verde” tem possibilitado a produção de novos produtos ecologicamente corretos extremamente rentáveis, tanto comercialmente quanto de imagem pública. Contudo é preciso ressaltar que as empresas são disseminadoras de cultura e de agendas junto aos trabalhadores. Ou seja, mesmo visando à lógica da produção, pois na lógica produtiva das organizações reduzir custos quer dizer reduzir a perda de matéria prima e energia, a mudança de hábitos para a promoção da redução gera um tipo de reeducação ambiental que é reproduzida pelo trabalhador junto a família e seus grupos sociais. Além disso, para dar visibilidade às ações de responsabilidade ambiental, as organizações realizam campanhas publicitárias para obter o retorno de marca a partir dos investimentos em projetos ambientais junto às comunidades com as quais atuam, o que promove a circulação de valores que pactuam com um imaginário construído socialmente.



Encontro Xingu Vivo, que contou com a participação de movimentos sociais, arquidiocese de Altamira, etnias indígenas e representantes da Eletrobrás. Dos cinco programas estudados, três trouxeram matérias sobre o incidente. Além das matérias, nos cinco programas podemos observar matérias com temas sobre meio ambiente, que também foram analisadas. Tivemos acesso aos vídeos do telejornal e aos textos por meio do sítio eletrônico Globo.com. É importante ressaltar que apenas ter acesso aos textos das matérias não era suficiente para analisar os conteúdos. Ou seja, apenas analisar o texto escrito não seria suficiente para percebermos a construção do discurso da notícia, uma vez que a matéria televisiva é composta pelo texto escrito, oral, pela *performance* do apresentador e do repórter, imagens do fato, gráficos e outros recursos visuais que compõem a mensagem. Era necessário, portanto, compreender qual a imagem construída com a notícia por meio dos recursos utilizados em sua produção. Para além da matéria em si, também foi necessário observar quais conteúdos apareciam na edição do jornal, pois os valores presentes em uma notícia não são isolados na escalada do programa. Uma matéria reitera outra, e é no conjunto – ou fluxo - do telejornal que, subrepticamente, se reforçam valores, idéias, estereótipos e opiniões. Procuramos nos centrar em observar quais matérias sobre meio ambiente apareciam no programa e o que era chamado de meio ambiente.

Vale, antes de partirmos para as análises, observar que o tema “usinas hidrelétricas” gera sempre embates devido ao grande impacto ambiental e social que as inundações causam. E o impacto é sempre justificado como necessário para o crescimento do País, uma vez que, sem as hidrelétricas, não haverá energia suficiente para a produção e corre-se o risco do apagão⁶ – discurso sempre retomado quando se fala de crescimento industrial. Ambientalistas discordam, dizendo que há outras fontes de energia renovável que não são potencializadas e, caso o fossem, não haveria necessidade de novas usinas hidrelétricas que destroem patrimônios históricos e naturais sem forma de compensação à altura dos prejuízos causados à população, diretamente afetada, e para os ambientes naturais.

O incidente que ocorreu em Altamira foi matéria durante uma semana nas mídias – do dia 20 ao dia 26 de maio. O Jornal da Globo foi o primeiro da emissora a dar a

⁶ As usinas hidrelétricas são um símbolo do crescimento industrial, voltados para as empresas privadas - e distantes do cidadão. O *slogan* do apagão é um apelo que torna a necessidade de aumento da produção energética uma necessidade da população que não quer sofrer com a falta da energia. O que não aparece nesse discurso é que, se outras fontes de energia renovável fossem utilizadas nas residências, haveria redução de custos para as famílias e sobra de energia para a produção industrial. Essa discussão só é lembrada como alternativa para regiões inviáveis para o acesso a energia elétrica.



notícia, no próprio dia 20. No dia 21, o Jornal Nacional traz a matéria na abertura do jornal. A notícia dá destaque à agressão dos índios sobre o engenheiro da Eletrobrás. Destaca que a Polícia Federal investiga os culpados e busca saber por que os índios entraram com facões no ginásio, como conseguiram os facões e por que a segurança foi insuficiente. Na mesma matéria há um histórico do embate entre índios e Eletrobrás sobre a construção da hidrelétrica. Por meio de gráficos e mapas, o telejornal mostra a área que será inundada e destaca o potencial energético da futura usina e sua importância nos planos de crescimento do país.

De acordo com o projeto, a hidrelétrica teria capacidade para gerar 11 mil megawatts de energia, ficando atrás apenas de Itaipu, no Paraná, a maior do Brasil. A obra, que está entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prevê a inundação de uma área de 400 quilômetros quadrados em Altamira, no sudoeste do Pará, e no município vizinho de Vitória do Xingu (Roberto Paiva, 21 de maio de 2008).

Além da matéria principal sobre o incidente, a edição apresenta outro texto com o relato da Eletrobrás: serão cobradas providências. Ambas as reportagens sobre o incidente deram relevância à agressividade dos índios sobre o engenheiro e ao progresso que a usina trará para o País. E, de forma muito *evidente*, opunham civilização-hidrelétrica a barbárie-índios.

Nas duas matérias foram convocadas autoridades do meio ambiente para fazer o contraponto sobre o incidente. Na matéria principal, o Procurador da República Marco Antônio Almeida alerta para o fato de que a usina não terá como funcionar na época de verão da região, o que lhe daria um aproveitamento em apenas três meses do ano. Na segunda matéria, Carlos Minc, então convidado para ser ministro do meio ambiente, diz ser necessário criar novas reservas, mas ressalta a importância da usina hidrelétrica para o crescimento do País, reiterando o discurso do apagão:

Nós queremos ampliar as reservas indígenas, ampliar os parques nacionais, e as hidrelétricas são necessárias para não haver apagão. Então, há um conflito de interesses. Como dirimir esses conflitos? Algumas hidrelétricas podem ter impactos menores, têm tipos de turbinas mais modernas, que exigem inundação menor das áreas. Nós vamos buscar as alternativas de menor impacto, as compensações maiores possíveis e um diálogo de respeito com quem habitava esse país antes de nós (Carlos Minc, 21 de maio de 2008).

Apesar da participação dos ambientalistas, as matérias não são tratadas como ambientais, em que há a necessidade de repensar os hábitos e o futuro da humanidade. Ao contrário, meio ambiente é um impasse para o crescimento e a qualidade de vida da população. Fica mais clara essa posição ideológica quando o jornal apresenta o



problema do lixo em Nápoles como um problema ambiental, dando destaque à necessidade de reciclagem e do tratamento adequado dos resíduos.

No dia 22, a cobertura do embate índios/hidrelétrica não se diferencia. O conteúdo das matérias é centrado na busca pela prisão dos agressores do engenheiro da Eletrobrás. Nos dias 23 e 24 não houve nenhuma matéria que fizesse referência à hidrelétrica no rio Xingu, mas há matérias de variedades que tratam de observadores de pássaros e outra, sobre pandas que ficaram desabrigados por causa de um terremoto na China. A última matéria sobre o embate e de maior destaque, pois teve duração de quatro minutos e dois segundos (o que representa 11% do jornal que durou 34 minutos e 26 segundos) foi a matéria do dia 26, que contou, pela primeira vez, com a fala dos índios. A matéria, à primeira vista, é bem construída e dá voz para ambos os lados: traz a versão dos índios e lhes dá espaço para falar. Mas, ao ser analisada com cuidado, o que parece improvável no tempo de recepção da mensagem durante a apresentação do programa, é possível perceber que o discurso privilegia a usina.

A matéria intitulada “Índios conhecem o funcionamento de hidrelétrica” inicia com a visita dos índios a uma usina hidrelétrica no Tocantins. As imagens que acompanham o texto são rápidas, mas é possível perceber que a sala está vazia e o grupo é composto por apenas quatro pessoas. Em seguida, dá destaque para Ierô, chefe indígena que é entrevistado pela equipe de reportagem. Antes da entrevista, no entanto, dá-se destaque para o fato de Ierô aparecer nas imagens (que foram ao ar no jornal de 22 de maio e são reexibidas) comprando facão. O líder indígena dá sua versão, diz que os índios foram ofendidos e por isso lutaram. É importante destacar que Ierô tem um sotaque particular ao falar, o que dificulta o entendimento do telespectador, mas o telejornal não utilizou legendas para ajudar na compreensão da fala. Tal aspecto seria desimportante caso fosse uma opção estética – o que não é o caso quando se trata de “informação” - e sobretudo se as legendas não fossem um recurso amplamente utilizado pelo próprio Jornal Nacional, quando assim seus editores julgam necessário. Em seguida, é dada a voz para o engenheiro da Eletrobrás. Singelamente, ele diz não querer mal aos índios e não os vê como culpados pelo incidente. A repórter Poliana Abritta, de Brasília, faz a *cabeça* da matéria, dizendo ter a proposta de construção da usina sofrido modificações para minimizar o impacto ambiental e, por meio de mapas, destaca que o custo/benefício da hidrelétrica compensa o pequeno impacto ambiental, pois, na proposta atual, será de um terço do que seria a princípio. Diz o texto, recolhido do sítio eletrônico do telejornal:

A construção da hidrelétrica está prevista para começar em 2010. De acordo com o governo, a usina vai ser a segunda maior do país em abastecimento de energia. A proposta é antiga, da década de 80, mas, de lá pra cá, passou por várias mudanças para diminuir o impacto sócio-ambiental na região.

A usina fica no sudoeste do Pará. No projeto antigo, o reservatório de água seria de 1.225 km². No projeto atual, a área foi reduzida para um terço da proposta inicial. O reservatório ficou com 440 km² (Abritta, 26 de maio de 2008).

A repórter faz o *gancho* para o medo dos ambientalistas sobre a construção da usina e a matéria apresenta um especialista para discutir o problema:

A instalação de Belo Monte pode servir para que outras hidrelétricas venham a ser construídas rios acima e, se elas forem construídas, o Rio Xingu será abraçado de morte definitivamente, assim com as grandes como as pequenas centrais do Mato Grosso (Raul Valle, 26 de maio de 2008).

O interessante é que, após a fala do ambientalista Raul Valle, a matéria constrói um discurso completamente surdo. A repórter, em resposta ao ambientalista diz: “**mas** o engenheiro responsável pelo projeto diz que o governo está preparando um plano de atendimento à população que será atingida pela obra” (Poliana Abritta, 26 de maio de 2008. Grifo nosso). Na seqüência, a fala do engenheiro:

O projeto mudou. Não tem mais nenhuma área indígena alagada e o que nós precisamos realmente é do diálogo. É explicar, trazer a informação para a sociedade em geral. O importante é dizer que o nosso compromisso é nunca piorar a vida das pessoas que estão lá (Paulo Fernando Rezende, 26 de maio de 2008).

E a última fala foi feita pelo engenheiro da Eletrobrás.

Os trechos destacados revelam que apesar dos produtores de conteúdos tentarem construir uma matéria neutra, com atores dos dois lados fornecendo sua versão, é possível perceber que em momento algum foi discutido ou apresentado qualquer contra-discurso, que tratasse do incidente com base em um problema ambiental. Ao contrário, o que se vê é que, ao assistir a matéria de forma não analítica, o telespectador, descontraído diante da TV, não percebe que a matéria parece responder, mas não responde às questões expostas pelo ambientalista e pelos índios. Essa postura dos produtores de notícias das grandes corporações contraria a formação crítica da população em relação à questão ambiental, uma vez que toma partido pelo desenvolvimento energético e industrial, em detrimento do equilíbrio da relação do homem com a natureza. Matéria sobre meio ambiente são aquelas em que há crianças felizes plantando árvores, numa atitude exemplar, a ser seguida – como quer Bauman (2003), que nos apresenta eleitos para o *fitting* - ou do monstro do aquecimento global. O primeiro, romântico e ingênuo, dissemina a idéia de que *cada um* deve assumir o compromisso e fazer sua parte – num claro reforço de uma lógica de

atomização; o segundo reforça a mesma idéia, mas pelo discurso do medo: “Vejam o que acontecerá se cada um não fizer sua parte”. O problema no Xingu, em Altamira, é local, material - e ambiental. Contudo não interessa às classes dominantes dos processos de produção capitalista. Nessa medida, mesmo que não fosse possível perceber a tendência ideológica das matérias, poder-se-ia questionar se o telespectador desatento e acostumado às chamadas “pautas ambientais” compreenderia o embate em questão e os interesses colocados.

O que está em jogo na natureza *para* a mídia é a própria natureza *da* mídia. O que está em jogo é o próprio caráter empírico – ou empirista - da atuação cotidiana da mídia: da forma como se consolidou como tecnologia social, ela não apenas nos faz olhar para a realidade – ela nos faz olhá-la como indivíduos atomizados diante de uma realidade fragmentada. Porém, isso não implica que a mídia – como ademais a realidade – não se forjam como totalidades em si mesmas. Aqui, será necessário compreender a recusa sistemática da categoria de totalidade para a compreensão da realidade como um advento da sociologia empirista estadunidense e, em sua esteira, os estudos da comunicação, cujo nascedouro se deu nos EUA, com os estudos de audiência de Lazarsfeld. Celso Frederico, num texto sobre o debate acerca do método entre Lazarsfeld e Adorno, chama a atenção para esse embotamento da categoria de totalidade:

Falar em “totalidade”, para o pensamento pragmático do empirismo, é referir-se a uma abstração, um jargão de filósofos metafísicos. Mas não é difícil compreender como, de fato, existe uma totalidade e como ela se impõe à nossa vida cotidiana. O próprio Adorno nos oferece um exemplo. Ele diz: para saber o que é um operário é preciso saber “antes” o que é a sociedade capitalista. Um olhar imediato apenas constata que aquele indivíduo é um trabalhador. Mas, como tal, ele não se distingue de outros trabalhadores, como o escravo e o servo da gleba, personagens do mundo escravista e feudal. Mas, também, não se distingue de um trabalhador autônomo da sociedade capitalista. Somente um conhecimento prévio da totalidade (a sociedade capitalista), aquela em que vigora o trabalho assalariado, permite definir com exatidão o que vem a ser um operário (FREDERICO, 2008, 162).

Totalidade, assim compreendida, se aproxima daquilo que Heidegger (1993) chama de *preconceito*, a partir do qual o ente abre o sentido do ser. O que nos interessa, todavia, é como a recusa da categoria de totalidade é própria não apenas da *natureza* da mídia e sua racionalidade empirista, mas também resvala na acepção de mediação, tão cara aos mais recentes estudos da comunicação. Por mais que os estudos de recepção tenham se distanciado da pesquisa administrativa, “dos efeitos imediatos”, de Lazarsfeld, tampouco o método de recepção que reivindica mediações, pelas quais o

receptor lê o material simbólico, compreende a totalidade – do próprio indivíduo receptor em seus preconceitos cotidianos, como categoria de apreensão da realidade, e da totalidade social que esse indivíduo carrega consigo no ato da recepção.

Essa questão coloca em xeque outra idéia recorrente nas recentes pesquisas de comunicação: o que Stuart Hall (2003) chama de identidade cultural na pós-modernidade. A *descoberta* de identidades múltiplas, em razão da complexificação do mundo contemporâneo justamente em função da pluralidade de vozes que as retículas midiáticas (cf. VATTIMO, 1993) fazem circular, não leva em conta a idéia de totalidade, de que tais retículas midiáticas são as principais porta-vozes. Daí a pertinência do questionamento realizado por Terry Eagleton (1998) acerca das políticas de ambientais, de gêneros ou étnicas: mulheres ou gays, por maiores avanços que suas lutas trouxeram, trazem e trarão, estarão submetidos à totalidade social que os oprime caso sua luta não seja também como trabalhadores – ou, antes, humanos. Tampouco se nega a importância da luta pela preservação ambiental – resta saber se tal luta é efetiva, quando fica intocada a lógica que sustenta a destruição: aquela que separa humano e natureza, humano e humano. Porque a vitória do movimento ambiental é uma vitória de Pirro: se conseguiu sensibilizar mentes e corações para o desastre que se avoluma e avizinha; se existe porque é visível pelo aparelho midiático; se enfim consegue agendar a sociedade com suas questões, até o limite de se apontar para um *capitalismo verde*, resta saber se essa luta não fortalece o inimigo que julga combater. Pois esse agendamento se dá às custas de uma totalidade que nega a totalidade e que continua a colocar homem e natureza em campos separados. Tal como a *natureza da mídia*, que, parafraseando Terry Eagleton (2005) acerca do conceito de cultura, talvez seja a própria doença para a qual propõe a cura.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. 1985. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed 1985.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAMPBELL, Ullisses. Usina hidrelétrica ameaça o Xingu. **Fórum dos direitos das entidades nacionais e dos direitos humanos**. 30 de dezembro de 2005. In: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=728&Itemid=2 Acessado em 02 de julho de 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FIRMINO, H. Cubatão: tragédia e milagre. **JB Ecológico**. Belo Horizonte, 1 de julho, 2004. Nº 30, p. 42-43.



- FREDERICO, Celso. **Recepção: divergências metodológicas entre Adorno e Lazasfeld.** *Matrizes*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, n.2 (jan. – jun. 2008). São Paulo: ECA/USP, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2003.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** Petrópolis: Vozes. (Dois volumes), 1993.
- LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** São Paulo: Vozes, 1999.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MATOS, Olgária. **O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PAIVA, R. **Mídia e Política de Minorias.** In: _____ (Org). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.
- SHAFF, A. **Linguagem e Conhecimento.** Coimbra: Almedina, 1974.
- WILLIAMS, Raymond. **Television. Technology and cultural form.** London: Routledge Classic Edition, 2003.

Referências Jornal Nacional

- ABRITTA, Poliana. Índios conhecem funcionamento de hidrelétrica. **Jornal Nacional.** 26 de maio de 2008.
- AZEVEDO, André Luiz. Eletrobrás repudia violência contra engenheiro. **Jornal Nacional.** 21 de maio de 2008.
- AZEVEDO, André Luiz. Imagens mostram índios adquirindo facões. **Jornal Nacional.** 22 de maio de 2008.
- PAGLIA, Ernesto. Observadores de pássaros trocam experiências em São Paulo. **Jornal Nacional.** 24 de maio de 2008.
- PAIVA, Roberto. Polícia Federal investiga agressão a funcionário da Eletrobrás no Pará. **Jornal Nacional.** 21 de maio de 2008.
- SCAMPARINI, Ilse. Crise do lixo gera protestos na Itália. **Jornal Nacional.** 21 de maio de 2008.
- Sem autor. Pandas desabrigados por terremoto chegam a Pequim. **Jornal Nacional.** 24 de maio de 2008.